

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
NOTA À 10.ª EDIÇÃO	19
LISTA DE ABREVIATURAS.....	29
CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	31

PARTE I DO DIREITO ADMINISTRATIVO À SANÇÃO

1. DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO FORMAL E MATERIAL DO DIREITO ADMINISTRATIVO	57
1.1. A importância de uma delimitação do tema	57
1.2. Histórico do Direito Administrativo	58
1.3. Conceito e objeto do Direito Administrativo.....	60
1.3.1. O interesse público.....	60
1.3.2. A Administração Pública.....	62
1.3.3. O serviço público	64
1.3.4. Crise do Direito Administrativo.....	68
1.3.5. Critérios definitórios do Direito Administrativo.....	71
2. TEORIA DA SANÇÃO ADMINISTRATIVA	77
2.1. Da sanção administrativa	78
2.1.1. Definição e elementos	79
2.1.2. Do elemento subjetivo da sanção administrativa: a autoridade sancionadora	82
2.1.2.1. Das autoridades administrativas e judiciárias no exercício de funções típicas	82
2.1.2.2. Dos órgãos sancionadores de corporações de Direito Público	101
2.1.3. Do elemento objetivo: o efeito aflativo da medida	104
2.1.3.1. Efeito aflativo e sofrimento subjetivo	106
2.1.3.2. Efeito aflativo variável e outros ramos jurídicos sancionadores.....	108
2.1.4. Do elemento teleológico: a finalidade punitiva.....	109
2.2. Um conceito de sanção administrativa	116
2.3. Sanção administrativa e outras medidas	132

2.3.1. Medidas de polícia.....	132
2.3.2. Medidas rescisórias	137
2.3.3. Medidas de ressarcimento ao erário	139
2.3.4. Medidas coativas e preventivas	143
2.3.5. Medidas de responsabilidade na gestão.....	144
2.4. Regime jurídico das sanções administrativas.....	146
2.4.1. Caracterização teórica da unidade do <i>ius puniendi</i> estatal.....	147
2.4.2. Unidade substancial de normas penais e normas administrativas repressoras: a fonte da unidade dogmática do poder estatal punitivo	147
2.4.3. A jurisprudência dos Tribunais Constitucional e Supremo espanhóis e a afirmação da unidade do poder punitivo do Estado.....	151
2.4.4. Críticas à tese da unidade do <i>ius puniendi</i> do Estado	154
2.4.4.1. Os poderes da Comunidade Europeia: a inexistência de uma dogmática unidade de poder punitivo estatal	154
2.4.4.2. Os poderes sancionatórios públicos dos particulares.....	156
2.4.4.3. As penas privadas e outras manifestações punitivas do Estado: o problema dos princípios gerais do direito punitivo	158
2.4.4.4. O regime jurídico distinto das diversas manifestações do <i>ius puniendi</i> estatal.....	160
2.4.4.5. A liberdade de configuração legislativa dos regimes jurídicos do <i>ius puniendi</i> estatal	167
2.4.4.6. Do uso de técnicas distintas pelo Estado para proteção de bens jurídicos	171
2.4.5. Das sanções disciplinares como espécies de sanções administrativas	172
2.4.6. Sanções penais e sanções administrativas: exame comparativo	187

PARTE II
DA NORMA PROIBITIVA E SUA APLICAÇÃO

3. TEORIA DAS FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR ...	191
3.1. Considerações iniciais.....	191
3.2. Dos princípios constitucionais.....	205
3.3. O princípio do devido processo legal.....	208
3.3.1. Histórico.....	214
3.3.2. Direito à assistência jurídica adequada	224
3.3.2.1. Direito à sustentação oral.....	231
3.3.3. Direito à sanção administrativa proporcional e razoável	233
3.3.4. Independência e imparcialidade do julgador	240
3.3.5. Devido processo legal formal no sistema brasileiro	245
3.3.6. Devido processo legal substancial.....	248
3.3.7. Razoabilidade e devido processo legal substancial.....	258

3.4. O postulado da proporcionalidade.....	265
3.4.1. Estado de Direito, direitos fundamentais e proporcionalidade	267
3.4.2. O problema da ausência de proporcionalidade entre tipos sancionadores.....	271
3.4.2.1. Tipo sancionador instrumental com maior reprovabilidade do que o tipo principal	273
3.4.2.2. Tipos sancionadores administrativo e penal que tutelam desigualmente idênticos bens jurídicos	276
3.4.2.3. Da tipicidade material dos atos sancionados: o princípio da insignificância	278
3.4.2.4. Da aplicação da sanção administrativa.....	285
3.4.2.5. Cláusula de proibição de retrocesso na proteção de direitos fundamentais.....	292
3.5. Tipos sancionadores de categorias distintas: diferenças de alcance dos princípios constitucionais em matéria de ilícitos praticados por agentes submetidos a especiais relações de sujeição e agentes particulares sujeitos à atividade punitiva do Estado.....	302
3.6. Princípio da legalidade.....	306
3.6.1. Vertentes da legalidade constitucional	307
3.6.2. A reserva de lei e as competências sancionadoras em matéria administrativa	310
3.6.3. Legalidade flexível no campo das atuações estatais sancionadoras amparadas no Direito Administrativo	312
3.7. Princípio da tipicidade.....	313
3.7.1. Fundamento constitucional da tipicidade.....	314
3.7.2. Funções dos tipos sancionadores.....	318
3.7.3. O alcance dos tipos sancionadores.....	319
3.7.3.1. Dos conceitos jurídicos indeterminados e das cláusulas gerais	319
3.7.3.2. O problema das normas excessivamente vagas, as normas “em branco” e a deslegalização do poder sancionador	323
3.7.4. Dos tipos sancionadores disciplinares.....	332
3.7.5. Das infrações “morais”: tipos que sancionam comportamentos privados sob justificativa de proteção do setor público.....	337
3.7.5.1. Moral pública e Moral privada: considerações gerais	338
3.7.5.2. Condutas de policiais civis, militares, membros do Exército, Marinha ou Aeronáutica que atentam contra exigências de moralidade	344
3.7.5.3. Dos tipos sancionadores de condutas “imorais” dos membros do Ministério Público, Magistratura, Advocacia, altos cargos da Nação, Estados e Municípios.....	354
3.7.6. Tipificação da sanção	362

3.8.	A reprovação jurídico-administrativa	364
3.8.1.	O lícito e o ilícito.....	365
3.8.2.	Tipo e ilicitude indiciada.....	366
3.8.3.	Tipo e ilicitude formal.....	367
3.8.4.	Tipo e ilicitude material	367
3.8.5.	Causas de justificação	368
4.	TEORIA DA APLICAÇÃO DA NORMA SANCIONADORA.....	371
4.1.	Aplicação da norma sancionadora no tempo	372
4.1.1.	Da irretroatividade da norma sancionadora mais gravosa	372
4.1.2.	Da retroatividade da norma mais favorável.....	376
4.2.	Seleção da norma sancionadora	387
4.2.1.	Princípio do <i>non bis in idem</i>	389
4.2.1.1.	Descrição do <i>non bis in idem</i> no cenário brasileiro.....	391
4.2.1.2.	Hermenêutica do <i>non bis in idem</i> : uma proposta geral....	400
4.2.2.	Concurso de ilícitos	443
4.2.3.	Concurso aparente de normas repressivas	445
4.2.3.1.	Princípio da especialidade.....	446
4.2.3.2.	Princípio da subsidiariedade	447
4.2.3.3.	Princípio da alternatividade	447
4.2.3.4.	Princípio da consunção.....	448
4.2.4.	Concurso material de infrações e as penas perpétuas	450
4.2.5.	Concurso formal de infrações	455
4.2.5.1.	Detração	457
4.2.6.	Continuidade de infrações	458

PARTE III
FUNDAMENTOS E FORMA DA IMPUTAÇÃO

5.	TEORIA DA RESPONSABILIDADE DO AGENTE.....	465
5.1.	Princípio da capacidade infratora	465
5.2.	Princípio da culpabilidade	467
5.2.1.	Fundamento constitucional da culpabilidade	468
5.2.2.	Culpabilidade administrativa	476
5.2.2.1.	Pena, dor e intimidação.....	478
5.2.2.2.	A evitabilidade do fato	479
5.2.3.	Funções da culpabilidade.....	480
5.2.3.1.	A responsabilidade subjetiva do agente	481
5.2.3.2.	Ações ou omissões: dolo ou culpa	483
5.2.3.3.	O erro jurídico-administrativo	496
5.3.	Princípio da pessoalidade da sanção	498
5.4.	Princípio da individualização da sanção.....	500

5.5. Individualização das condutas nas peças acusatórias	502
5.6. Responsabilidade das pessoas jurídicas	510
6. TEORIA DO PROCESSO SANCIONADOR.....	533
6.1. Princípio da presunção de inocência	535
6.1.1. Presunção de inocência e presunção de legitimidade de provas acusatórias	546
6.1.2. As condenações baseadas em prova indiciária	551
6.1.3. Ausência de obrigatoriedade de o acusado declarar contra si mesmo.....	561
6.1.4. As provas ilícitas produzidas pelos acusados	565
6.1.5. Medidas cautelares e presunção de inocência	567
6.1.6. Cooperação internacional em matéria de direito administrativo sancionador.....	571
6.1.7. Presunção de inocência e medidas cautelares na recuperação de ativos.....	582
6.1.8. Cooperação Internacional e normativas de inteligência artificial.....	585
6.2. Direitos de defesa.....	590
6.2.1. Defesa e devido processo legal	590
6.2.2. Graus diversos de amplitude de defesa	592
6.2.3. Contraditório processual e direitos de defesa	593
6.2.4. Direitos de informação	594
6.2.5. Direito de produzir provas, alegações e de ficar em silêncio: possibilidades e reflexos nos interesses dos acusados	596
6.2.6. As sanções “instantâneas” e a amplitude defensiva.....	598
6.2.7. A regra do <i>in dubio pro reo</i>	598
6.3. Princípio da motivação das decisões sancionadoras	600
6.3.1. O dever de congruência entre a decisão sancionadora e as alegações das partes	603
6.4. Princípio da prescrição	607
6.5. Considerações de política repressiva	616
POSFÁCIO	619
BIBLIOGRAFIA	623